

11. REFERÊNCIAS

ABNT NBR 10.151. (2000) Acústica – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, Visando o Conforto da Comunidade – Procedimento. Rio de Janeiro, 4p.

ALONSO, M. T. A. Vegetação. In: Geografia do Brasil – Região Sudeste. IBGE. Rio de Janeiro. v. 3. p. 91-118, 1977.

AMADOR, E. S. (1997) Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza. Rio de Janeiro: E.S. Amador, 539 p.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Consulta legislativa. Disponível em: www.alerj.rj.gov.br. Acesso em novembro de 2016.

CONAMA (2005). Resolução número 357 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Disponível em http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/res_conama_357. Acesso em novembro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resoluções do CONAMA: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.

DANTAS, M. E. (2001). Geomorfologia do Estado do Rio de Janeiro. In: Estudo Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro, Relatório do CPRM. Editado pelo Ministério de Minas e Energia. Brasília, 614p, 2001.

Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Consulta geral da homepage oficial. Disponível em: www.firjan.org.br. Acesso em novembro de 2016.

FILHO, A.C.; LUMBRERAS, J.F.; AMARAL, F.C.S.; NAIME, U.J. (2000) Os solos do Estado do Rio de Janeiro. In: Estudo Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro, Relatório do CPRM. Editado pelo Ministério de Minas e Energia. Brasília, 614p, 2001.

FILHO, A.C.; LUMBRERAS, J.F.; SANTOS, R.D. (2000) Os solos do Estado do Rio de Janeiro. In: Estudo Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro, Relatório do CPRM. Editado pelo Ministério de Minas e Energia. Brasília, 614p, 2001.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995. Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo, 1998.

Governo do Estado do Rio de Janeiro. Consulta geral da homepage oficial. Disponível em www.rj.gov.br. Acesso em novembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Consulta geral da homepage oficial. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessos em novembro de 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA (2009). Relatório Anual da Qualidade do Ar do Estado do Rio de Janeiro. DINAM – Diretoria de Informação e Monitoramento Ambiental. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria do Ambiente, 108 p. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade_ar_2009.pdf Acesso em dezembro de 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA (2008) Relatório Anual da Qualidade do Ar do Estado do Rio de Janeiro. DINAM – Diretoria de Informação e Monitoramento Ambiental. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 90 p. Secretaria do Ambiente. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade_ar_2008.pdf Acesso em dezembro de 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA (2007) Relatório Anual da Qualidade do Ar do Estado do Rio de Janeiro. DINAM – Diretoria de Informação e Monitoramento Ambiental. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 77 p. Secretaria do Ambiente. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade_ar_2007.pdf Acesso em dezembro de 2016.

Ministério da Saúde. Consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Cnes Net). Disponível em: cnes.datasus.gov.br. Acessos em novembro de 2016.

MINISTÉRIO DO INTERIOR E IBAMA. Unidades de Conservação do Brasil – Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Opta Originais Gráficos e Editora Ltda, Brasília, Volume I, 182p, 1989.

PEIXOTO, A. L. Vegetação da costa atlântica. In: S. Monteiro & L. Kaz (eds.). Floresta Atlântica. Ed. Alumbramento, Rio de Janeiro, pp: 33-41, 1992.

ROSS, J. S. (2005) Geografia do Brasil. São Paulo: Editora USP, 549 p.

SILVA, A. S. (2011). Solos Urbanos. In: GUERRA, A.J.T & JORGE, M.C. Geomorfologia Urbana. Bertrand Brasil, 2011. Rio de Janeiro. 280p.

SILVA, L.C. (2001). Geologia do Estado do Rio de Janeiro. In: Estudo Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro, Relatório CPRM. Editado pelo Ministério de Minas e Energia. Brasília, 77p.